

# Desenvolvimentistas versus monetaristas?

*É imprescindível persistir nas reformas fiscais que abrirão espaço para a recuperação do investimento público.*

Márcio G. P. Garcia<sup>1</sup>  
25 de novembro, 2005

Segundo analogias propostas depois que a ministra Dilma Rouseff abriu fogo (amigo?) contra o ajuste fiscal de longo prazo proposto pela área econômica, estaríamos vivendo um novo *round* da velha briga entre os (auto-intitulados) “desenvolvimentistas” e os (intitulados pelos adversários) “monetaristas”. Voltando mais de um quarto de século atrás, a analogia relaciona a ministra Dilma ao ex-ministro Delfim Netto, e o ministro Palocci ao ex-ministro Simonsen.

Vale relembrar o episódio da substituição de Simonsen por Delfim, segundo a descrição bem humorada do primeiro: “... A situação [da inflação] piorou muito no governo Figueiredo. O discurso inicial de austeridade foi posto de lado em agosto de 1979, com a substituição do impopularíssimo ministro do Planejamento [o próprio Simonsen], que queria reduzir a taxa de crescimento do produto real para 3 ou 4% ao ano, a fim de ajustar o país ao segundo choque do petróleo e à escalada dos juros internacionais. ... O resultado foi a primeira recessão experimentada no Brasil desde a década de 30, com apreciável melhoria do saldo comercial com o exterior, mas com parcos dividendos antiinflacionários. A inflação encastelara-se no patamar de 100% ao ano, e daí não saiu até o fim de 1982, quando o Brasil foi engolfado pela crise da dívida externa, precipitada pela moratória mexicana de setembro”.<sup>2</sup>

Ainda que a analogia histórica seja elucidativa em alguns aspectos, é preciso enfatizar que o personagem “desenvolvimentista” de outrora, o ex-ministro Delfim Netto, hoje é o campeão da defesa do ajuste fiscal e do próprio ministro Palocci. Hoje os dois Antônio estão juntos, e não há muitas dúvidas de qual lado estaria Simonsen se vivo fosse.

E há boas razões para que tantos eminentes economistas discordem da posição da ministra Dilma. O problema fiscal sempre foi a principal fragilidade da economia brasileira. Economistas heterodoxos responsáveis, quando assumiram a política econômica do país, não tiveram como ignorar o problema fiscal, como o demonstra o Plano Trienal de Celso Furtado e San Tiago Dantas.

Passemos à análise de nossa situação atual. O ajuste fiscal que possibilitou o sucesso do Plano Real foi mais do que integralmente financiado via aumento de impostos. Como aqui lembrou Fabio Giambiagi na segunda-feira, a despesa primária (isto é, sem os juros) do governo central, que era 16,5% do PIB em 1994, passará este ano para algo como 22% do PIB, uma expansão de 33,3% acima do crescimento do PIB! Esta

---

<sup>1</sup> Ph.D. por Stanford e professor do Departamento de Economia da PUC-Rio escreve mensalmente neste espaço às sextas-feiras (<http://www.econ.puc-rio.br/mgarcia>).

<sup>2</sup> Mário Henrique Simonsen, “30 anos de indexação”, FGV Editora, páginas 5 e 6.

expansão cavalgar foi integralmente financiada via aumento de carga tributária, que deverá passar de 27,9% em 1994 para 36,5% do PIB em 2005.

A literatura econômica demonstra que os ajustes fiscais mais bem sucedidos e duradouros são aqueles oriundos de cortes de gastos, e não de aumentos de impostos. Portanto, se a experiência internacional serve de guia, o ajuste fiscal que fizemos não prometeria durar muito.

Não é que um superávit primário de 4,25% do PIB seja pouco. O problema é que dado o ritmo previsto de crescimento das despesas públicas e tendo a carga tributária atingido o patamar atual—anormalmente elevado em comparação a países de renda per capita semelhante à nossa—, se nada for feito, em algum momento voltaremos a ter financiamento via imposto inflacionário ou o calote da dívida pública voltará a ser um grave problema. Aumentar ainda mais a carga tributária não parece ser uma opção de política econômica, como demonstrou a reação à MP 232 no início deste ano.

Claro que avanços institucionais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, provêm seguros importantes contra políticas fiscais irresponsáveis. Mas, é necessário ir mais além, se quisermos recuperar o investimento público, atualmente aniquilado pela expansão dos gastos correntes e transferências. O plano de ajuste fiscal elaborado pelo Ministério do Planejamento é uma tentativa de mudar suavemente a atual dinâmica das contas públicas, provendo uma diminuição gradativa da velocidade de aumento dos gastos. Trata-se de um plano para os anos futuros no qual algumas despesas se expandiriam em velocidade inferior à do PIB, assim permitindo simultaneamente o aumento real (isto é, acima da inflação) do gasto e sua diminuição como proporção do PIB. Tal ação abriria espaço para o necessário aumento do investimento público.

Como se sabe, se algo não pode durar para sempre, em algum momento acabará. Cabe precisamente ao Ministério do Planejamento atuar preventivamente para evitar que a rápida expansão das despesas públicas acabe anulando o sucesso antiinflacionário obtido pelo Plano Real, tampouco trazendo o almejado crescimento sustentado.

Por todas essas razões, não é de se estranhar que mesmo “desenvolvimentistas” sensatos do passado estejam hoje ao lado dos “monetaristas” da área econômica. Se a ministra Dilma persistir no equívoco e ganhar a batalha contra a área econômica, será um péssimo indicador para o futuro da economia brasileira.

Com o atual excesso de liquidez nos mercados financeiros internacionais, aliado à inescapável tendência dos analistas nestes momentos de dar tons otimistas a qualquer notícia, a eventual mudança de rota poderia até **não** ter impactos imediatos. Mas, certamente, haveria de cobrar a conta no futuro, adiando mais uma vez o objetivo de transformar nosso sonho de país do futuro na realidade de país do presente.